Continuação do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.899.567/0020-55	Natureza e Tipo de Verba	Valor Global (R\$)
Termo Aditivo 059/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	16.536.905,45
Termo Aditivo 060/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	2.468.497,35
Termo Aditivo 061/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	5.478.143,21
Termo Aditivo 062/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	16.572.437,32
Termo Aditivo 062/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	3.809.523,81
Termo Aditivo 063/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	127.772.783,31
Termo Aditivo 063/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	19.729.360,25
Termo Aditivo 065/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	13.106.539,55
Termo Aditivo 065/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	2.857.142,86
Termo Aditivo 066/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	319.586,73
Termo Aditivo 066/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	87.715,51
Termo Aditivo 067/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	778.437,00
Termo Aditivo 068/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	70.000,00
Termo Aditivo 069/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	70.000,00
Termo Aditivo 070/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	120.000,00
Termo Aditivo 071/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	80.000,00
Termo Aditivo 072/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	100.000,00
Termo Aditivo 073/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	80.000,00
Termo Aditivo 074/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	15.280,00
Termo Aditivo 075/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	67.000,00
Termo Aditivo 076/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	35.618,85
Termo Aditivo 077/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	51.509,54
Termo Aditivo 078/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	237.522,56
Termo Aditivo 079/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	225.000,00
Termo Aditivo 080/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	8.755.083,55
Termo Aditivo 080/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	3.955.000,00
Termo Aditivo 081/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Investimento - Verba Municipal	150.000,00
Termo Aditivo 082/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Municipal	17.146.459,88
Termo Aditivo 082/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	Custeio - Verba Federal	3.809.523,81
Total		238.485.070,54

5 - Patrimônio Líquido - A SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido no período de 2021 e 2022. **6 - Resultado Operacional - Subvenção** - Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos no ordem de R\$ 223.729.511,56 (duzentos e vinte e três milhões e setecentos e vinte e nove mil e quinhentos e onze reais e cinquenta e seis centavos); acréscidos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.931.644,93 (um milhão e novecentos e trinta e um mil e seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos); e deduções das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 239.846.471,20 (duzentos e trinta e nove milhões e oitocentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos); encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ 14.185.314,71 (quatorze milhões e cento e oitenta e cinco mil e trezentos e quatorze reais e setenta e um centavos). **6.1 Nota de Ênfase ao Re-**

sultado - Esse desequilíbrio financeiro está associado ao fator principal que foi a diminuição no orçamento anual de custeio, e por outro lado os custos e despesas foram acrescidos de alta de insumos, Cabe ressaltar que tivemos um orçamento menor em comparação ao ano anterior, e enfrentamos um aumento desproporcional dos preços de insumos hospitalares e demais aquisições necessárias para reestruturação de atendimento necessário para segurança dos pacientes e funcionários. **7 - Das disposições da Lei 12.011 e portaria 834/16** - Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento; e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelência e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9º) - I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congêneres com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Podendo ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus serviços. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): I - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 nesta unidade a seguinte produção:

Grupo Detalhe	Detalhe Original	Ano 2021	Ano 2022
Atendimento Ambulatorial	Atendimento odontológico individual	52.086	12.885
Atendimento Ambulatorial	Consulta Médica - UBS/ESF	304.611	326.510
Atendimento Ambulatorial	Consulta não médica	135.030	189.220
Atendimento Ambulatorial	Procedimento Odontológico	48.831	101.420
Atendimento Ambulatorial Especializado	Visita Domiciliar	171.417	201.363
Atendimento Ambulatorial Especializado	Atendimento não médico	684.964	720.075
Atendimento Ambulatorial Especializado	Cirurgia ambulatorial	14.574	23.355
CAPS	Consulta médica especializada	30.175	37.085
CAPS	Acolhimento inicial/diurno de pacientes	4.522	5.775
CAPS	Atenção às situações de crise	298	474
CAPS	Atendimento em grupo	167	1.006
CAPS	Atendimento familiar	1.173	1.354
CAPS	Atendimento individual	1.873	1.893
CAPS	Monte-trabalho em equipes de atenção básica	89	12
CAPS	Práticas corporais	12	101
CAPS	Práticas expressivas e comunicativas	46	115
Centro Especializado Odontológico	Cirurgia Oral Menor (procedimentos)	1.715	2.631
Centro Especializado Odontológico	Endodontia (procedimentos)	12.413	24.031
Centro Especializado Odontológico	Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	373.342	516.493
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	SADT Total	366.282	399.512
SADT	Assistente Social	5.968	5.740
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Consulta Médica - URSI	20.617	24.998
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Enfermeiro	13.416	16.531
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Fisioterapeuta	1.414	2.093
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Nutricionista	1.123	1.464
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Psicólogo	2.429	1.566
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Terapeuta Ocupacional	419	974

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão - Rede Assistencial da STS Vila Maria / Vila Guilherme

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2022

Linha de Contratação

	Total	Contratado	Realizado
Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica			
- Total	1.080.722	777.501	
Consulta Médica - UBS	333.170	242.179	
Consulta Médica - ESF	28.080	22.512	
Consulta Enfermeiro - ESF	69.888	57.335	
Visita Domiciliar ACGS - ESF	201.600	177.671	
Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/UBS	99.072	82.453	
Cirurgião Dentista (procedimento) ESB/UBS	346.572	193.094	
Nº de pacientes ativos em atendimento - EMAD	720	818	
Nº de Idosos em Acompanhamento-PAI	1.440	1.439	
Atendimento Ambulatorial - Atenção Especializada - Total	93.408	127.292	
Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - UBS Izolina Mazei	8.004	8.721	
Nº de exames Total	8.004	8.721	
HD - Rede Hora Certa	34.224	49.598	
Consulta Médica Especializada	30.240	43.859	
Cirurgias Ambulatoriais	3.984	5.739	

Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico - HD - Rede Hora Certa

	13.920	19.460
Nº de exames Total	13.920	19.460
Unidade de Referência Saúde do Idoso -URSI	12.240	11.131
Consulta Médica - URSI	2.772	2.857
Assistente Social	2.400	1.841
Enfermeiro	2.880	1.743
Nutricionista	1.296	1.329
Fisioterapeuta	1.248	1.690
Terapeuta Ocupacional	624	906
Psicólogo	1.020	765
Centro Especializado Odontológico	14.280	13.255
Periodontia	1.200	1.912
Cirurgia Oral Menor	1.920	1.974
Endodontia	1.440	685
Paciente Especial (procedimentos)	960	2.181
CD Protésica (Atendimentos)	4.320	3.162
Ortopedia funcional dos maxilares/Ortodontia (Atendimentos)	3.840	2.531
Próteses e Aparelhos Ortodônticos (Peças entregue no mês)	600	810
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	1.860	8.005
Nº de pacientes com cadastro ativo	1.860	8.005

Centro Especializado de Reabilitação - CER **8.040** **16.029**

Nº de casos novos/mês (avaliação multidimensional em reabilitação) CER

Nº pacientes em terapia/mês CER	2.160	3.605
Programa Acompanhante de Saúde da Pessoa com Deficiência - APD	5.880	12.424
Nº pacientes em acompanhamento APD	840	1.093

8.1 - Relatório de Execução Orçamentária - SPDM - Rede Assistencial da Supervisão Técnica e Saúde VMVG

Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2022

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	237.332.946,63	1.152.123,90
Receitas Financeiras	1.470.530,65	0,00
Outras Receitas	22.337.135,65	0,00
Total das Receitas	261.140.612,93	1.152.123,90
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	182.132.340,54	1.576.644,80
Serviços de Terceiros	40.479.116,42	0,00
Material Medicamento	2.147.968,83	0,00
Outras Despesas	37.808.268,09	0,00
Total das Despesas	262.568.260,68	1.576.644,80

9 - Isenções e Contribuições Sociais Usufruidas - A Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outras Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-2, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº 25000.177286/2020-01, o qual aguarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d"), e as Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao recolhimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal) sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física). Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 52.960.534,20 (cinquenta e dois milhões e novecentos e sessenta mil e quinhentos e trinta e quatro reais e vinte centavos). **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados** - A isenção devida nos termos do item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ao exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 37.643.580,89 (trinta e sete milhões e seiscentos e quarenta e três mil e quinhentos e oitenta e oito reais e nove centavos). Em 2022, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 43.691.743,74 (quarenta e três milhões e seiscentos e noventa e um mil e setecentos e quarenta e três reais e setenta e quatro centavos). **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros** - A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção está registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2022 o referido valor de receita totalizou R\$ 551.222,10 (quinhentos e cinquenta e um mil e duzentos e vinte e dois reais e dez centavos). **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** - A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 6.306.499,08 (seis milhões e trezentos e seis mil e quatrocentos e noventa e nove reais e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2022, esse montante foi de R\$ 7.134.804,30 (sete milhões e cento e trinta e quatro mil e oitocentos e quatro reais e trinta centavos). **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento** - A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 1.354.556,32 (um milhão e trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos) em 2022, R\$ 1.582.764,06 (um milhão e quinhentos e oitenta e dois mil e setecentos e sessenta e quatro reais e seis centavos). **10 - Trabalho Voluntário** - Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho de integrantes da administração da entidade deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntário. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a remuneração é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,83 (um mil e novecentos e oito reais e oitenta e três centavos) e em 2022 estes valores foram de R\$ 2.215,21 (dois mil e duzentos e quinze reais e vinte e um centavos). **11 - Exercício Social** - Conforme estabelece o artigo 4º do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, São Paulo, 31 de Dezembro de 2022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira
Diretor-Presidente da SPDM

Dr. João Ladislau Rosa
Diretor Técnico RASTS VMVG

Elaine Cristina Albino Marques
Controladora - CRC 1SP270478/O-0

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Rede Assiste, Superv, Tecn, da Saúde Vila Maria / Vila Guilherme) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos necessários para assegurar a confiabilidade da elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.